



Daiana Franco

**PRONATEC: UM ESTUDO DOS EFEITOS DO PROGRAMA SOBRE O MERCADO
DE TRABALHO FEMININO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, RS**

**Horizontina
2015**

Daiana Franco

**PRONATEC: UM ESTUDO DOS EFEITOS DO PROGRAMA SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, RS**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Horizontina (FAHOR).

ORIENTADOR: Me. Stephan Sawitzki

Horizontina

2015

**FAHOR - FACULDADE HORIZONTALINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

**“PRONATEC: UM ESTUDO DOS EFEITOS DO PROGRAMA SOBRE O
MERCADO DE TRABALHO FEMININO NO MUNICÍPIO DE HORIZONTALINA, RS”**

Elaborada por:

Daiana Franco

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas

Aprovado em: 05/12/2015

Pela Comissão Examinadora

**Me. Stephan Sawitzki
Presidente da Comissão Examinadora - Orientador**

**Me. Jaqueline Primo Nogueira de Sá
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Me. Marcio Leandro Kalkmann
FAHOR – Faculdade Horizontalina**

**Horizontalina
2015**

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia aos meus pais, Vilmar e Ana.

AGRADECIMENTO

A Deus, pela vida.

Ao professor Stephan Sawitzki, meu orientador, pela competência e dedicação apresentado no decorrer dessa trajetória.

Enfim agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

“A felicidade às vezes é uma bênção, mas
geralmente é uma conquista. ”

Paulo Coelho

RESUMO

Este trabalho procurou demonstrar os efeitos dos cursos realizados através do PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego sobre o mercado de trabalho feminino de Horizontina (RS). As mulheres sempre enfrentaram obstáculos para conseguirem se inserir no mercado de trabalho. Apesar das conquistas que aconteceram ao longo dos anos, ainda existem vários aspectos que tornam essa inserção difícil, sendo um deles na maioria das vezes a falta de qualificação. Em busca de melhorias no currículo e, por consequência, na qualificação profissional muitas optam pelos cursos ofertados pelo programa, devido ao fácil acesso aos mesmos. O programa tem como objetivo oferecer qualificação técnica e tem como principal público alvo as pessoas cadastradas no CADÚnico - Cadastro Único do Governo Federal, ou seja, que participam do programa Bolsa Família. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, que utiliza o método de abordagem indutivo. Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa com perguntas estruturadas para uma amostra de 77 mulheres que realizaram os cursos oferecidos pelo programa. Posteriormente foram tabulados, organizados e apresentados os resultados em forma de gráficos e tabelas afim de demonstrar os dados de maneira dinâmica. O que torna a pesquisa relevante é que muitas mulheres encontram obstáculos para a inserção no mercado de trabalho e buscam nos cursos oferecidos pelo programa uma qualificação com intuito de modificar a realidade profissional. Alguns dos resultados encontrados são: de modo geral, o público alvo do programa foi atingido; muitas das mulheres que participaram dos cursos acreditam que os cursos trazem melhorias para suas vidas profissionais e que o momento econômico do país deve ser levado em consideração para explicar o fato de muitas, após os cursos, ainda estarem fora do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mulher. PRONATEC. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This paper tried to demonstrate the effects of the courses carried out by PRONATEC – National Program of Access to Technical Learning and the jobs in the female job market in Horizontina (RS). Women have always faced obstacles to be able to take part in the job market. In spite of the achievements that have happened throughout the years, there are still many aspects that make this insertion hard, and one of them is the lack of qualification. Seeking upgrades in the curriculum and consequently in professional qualification many women opt for the courses offered in the PRONATEC program, due to the easy access they have. The aim of the program is to offer technical qualification and the targeted public are the people registered in the CADúnico, that is, the ones who participate in the Bolsa Família (government benefit for low-income families). This study can be characterized as an explanatory research that uses the inductive approach method. To reach the objective, a research was carried out. For the research, there were structured questions to seventy-seven women who had taken the courses offered by the program. Later on, the results were tabulated, organized and presented in graphics and spread sheets so the results could be showed in a dynamic way. What makes this study relevant is that many women find obstacles to be inserted in the job market and they seek the courses offered by the program to improve their qualification hoping that it will change their professional reality. One of the results found was that in general the goal of the target public of the program was reached, many women that took part in the courses believe that the courses bring improvements to their professional life but at the same time the economic situation of the country at the moment was taken into consideration to explain the fact that many women are still out of the job market after the courses.

Keywords: Women. PRONATEC. Job Market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Porcentagem de mulheres no mercado de trabalho no Brasil no ano 2012.	22
Figura 2 - População residente, por grupos de idade, municípios e o sexo no ano 2010.	28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB per capita do Município de Horizontina em comparação com o PIB Nacional de 2000 a 2012.	29
Gráfico 2 – Matrículas por gênero no PRONATEC no Brasil, no período de 2011 a 2014	38
Gráfico 3 – Idade das mulheres entrevistadas	41
Gráfico 4 – Escolaridade das mulheres entrevistadas	42
Gráfico 5 – Ocupação das entrevistadas anterior ao curso.....	43
Gráfico 6 – Ocupação das mulheres entrevistadas posterior a realização do curso .	44
Gráfico 7 - O curso influenciou ou não na inserção no mercado de trabalho das mulheres entrevistadas	48
Gráfico 8 - Atribui-se ou não ao Pronatec a melhora na colocação profissional das mulheres entrevistadas	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nível de Renda das mulheres Entrevistadas anterior a realização do curso	45
Tabela 2 - Nível de Renda das mulheres entrevistadas posterior a realização do curso	46
Tabela 3 - Nível de Renda X Escolaridade do público entrevistado	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	15
2.2 CONQUISTAS IMPORTANTES DAS MULHERES NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA	18
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA.....	23
2.4 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE	29
2.5 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: O PRONATEC	31
2.6 AVALIAÇÃO GERAL DO PRONATEC.....	34
3 METODOLOGIA	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE A	57

1 INTRODUÇÃO

Conquistar a igualdade e a justiça é alguns dos objetivos que as mulheres buscam e lutam para alcançar, luta essa que começou a muito tempo e continua sem prazo determinado para acabar. A mulher submissa, tratada como o “sexo frágil”, está cada vez mais deixando de existir, dando lugar a uma mulher independente, trabalhadora, e ciente de seus direitos e deveres na sociedade. Segue derrubando tabus e marcando presença em lugares que antes eram restritos aos homens, principalmente no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho dos dias atuais difere muito do de décadas atrás, onde o trabalhador permanecia por anos no mesmo emprego. Na maioria das vezes, não possuía instrução alguma e era representado pelos sindicatos. Hoje esse perfil foi substituído por um perfil mais qualificado, que permanece no mesmo emprego menor tempo e é mais individualizado, pois geralmente não pertence a nenhum movimento sindical.

Além das transformações citadas acima, outras mudanças são visíveis no mercado de trabalho, sendo uma delas a crescente participação das mulheres. Conforme o Censo de 2010, realizado pelo IBGE (2010), foram contados 190.755.799 habitantes no Brasil. Deste total, 51% são mulheres e 49% são homens. No Brasil, o número de mulheres supera o de homens em 3.941.819.

Além das mulheres representarem grande parte da população brasileira, também estão conquistando papel significativo no mercado de trabalho. Apesar deste crescimento, a expansão não foi acompanhada por melhorias nos salários. As mulheres ainda possuem níveis salariais inferiores aos dos homens (ROSSO; ANTUNES; ALVES *apud* CAON, 2008).

Por serem educadas desde crianças para os afazeres domésticos, as mulheres desempenham algumas funções que para a maioria dos homens são consideradas penosas. Funções estas que muitas vezes dependem de atenção, paciência e muita habilidade, sendo geralmente cansativas.

A situação da mulher no mercado de trabalho só não é pior, pois ainda existem tarefas que elas possuem habilidades necessárias e onde os homens não conseguem efetuar com a mesma perfeição. Isso garante as mulheres espaço em um mercado que dificilmente será ocupado por homens (HIRATA *apud* CAON, 2008).

Elas desempenham uma dupla jornada de trabalho, pois são mães, responsáveis por afazeres domésticos, esposas e profissionais. Este enorme número de mulheres que sai em busca de oportunidades no mercado de trabalho pode ser motivado pelo desejo de realização profissional ou pela necessidade de assumir a posição de chefe de família e arcar, muitas vezes, com as responsabilidades do lar.

Desde o final dos anos 40, as mulheres de todo o mundo vêm ingressando em massa em um mercado de trabalho em constante mudança” que se revela cada dia mais seletivo. A mulher deixou de ser apenas uma parte da família para se tornar comandante dela em algumas situações, permitindo assim que a estrutura familiar começasse a ser modificada (CAON, 2008, p.14).

A entrada da mulher no mercado de trabalho fez com que aquela família tradicional, que tinha na figura do homem o responsável pelo sustento das necessidades e na figura da mulher a responsável pelos afazeres domésticos e cuidados alterasse. Agora, a mulher tem condições de assumir a posição de chefe do lar, quando necessário, e o homem, também tem de assumir o posto das mulheres (DIEESE, PROBST *apud* CAON,2008). Para se ter uma ideia, as mulheres já são responsáveis por 24,9% dos domicílios brasileiros.

A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerada deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e “globalização” da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros (JOFFER *apud* CAON, 2008, p. 13).

Provocar reflexões e discussões a respeito da mulher no mercado de trabalho torna-se cada dia mais relevante. A luta das mulheres por igualdade, a busca por melhores salários, oportunidades iguais as dos homens, entre outras, vem de longa data. Com dedicação e profissionalismo a inserção da mulher no mercado de trabalho tem sido competitiva em relação ao universo masculino.

Portanto, justifica-se uma investigação mais profunda a respeito de como cursos de qualificação técnica profissionalizantes contribuem para isso. Por ser o programa uma iniciativa recente, justifica-se também uma avaliação para relatar se o

mesmo está auxiliando na inserção no mercado de trabalho, em especial o público feminino do município de Horizontina, Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, o problema identificado foi: quais os efeitos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em 2011, sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho no município de Horizontina, RS? Considera-se mulher indivíduos do gênero feminino acima de 18 anos. Para isso serão abordadas as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos e os avanços conquistados pela mulher referente ao mercado de trabalho, sendo demonstrado do que se trata o PRONATEC e de que forma esse programa influenciou o mercado de trabalho feminino no município de Horizontina desde sua execução em 2011.

A concretização desse estudo realiza-se com base nos objetivos estabelecidos. O objetivo geral é analisar os efeitos dos cursos do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, sobre o mercado de trabalho feminino no município de Horizontina, Rio Grande do Sul, a partir de 2011.

Para que o objetivo geral seja atingido, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) relatar o histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho, evidenciando as conquistas e os desafios enfrentados;
- b) descrever brevemente o histórico do município de Horizontina, caracterizando o mesmo;
- c) apresentar os aspectos gerais do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);
- d) verificar quantas das mulheres participaram do programa e entrevistar a amostra calculada para verificar se foram inseridas no mercado de trabalho formal ou não e quantas ainda permanecem.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Na presente seção é tratado breve histórico sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, focando nas conquistas e desafios encontrados ao longo desse caminho. Serão abordados fatos marcantes para as conquistas femininas durante a história do Brasil. Para isso, estudos e informações disponíveis sobre esse tema serviram de base. Após, será caracterizado o município de Horizontina, Rio Grande do Sul. Também, será discutido um breve histórico sobre o ensino profissionalizante no Brasil, trazendo uma breve apresentação do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

2.1 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Vários estudos apontam a autonomia feminina como necessária para o desenvolvimento. Segundo Esther Duflo (apud ALVES, CAVENAGHI, 2013), o empoderamento das mulheres está positivamente relacionado com o desenvolvimento econômico, sendo que um fenômeno reforça o outro: ‘em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção, o crescimento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento.

Existem textos que abordam o fim da hegemonia masculina, um deles é o artigo “O fim dos homens”, de Hanna Rosin (apud ALVES, CAVENAGHI, 2013). No referido artigo, o homem tem sido o sexo dominante desde o alvorecer da humanidade. Mas, pela primeira vez na história humana, este tipo de dominação está mudando com velocidade chocante.

O Brasil é um dos países que vem passando por muitas transformações econômicas, sociais e também culturais. Durante o século XX, com o Código Civil de 1916, o país conviveu com os princípios discriminatórios implantados. Somente com a Constituição de 1988 foi possível consagrar a igualdade entre gêneros como um direito. Porém, esses avanços no Código Civil apenas possibilitaram uma redução das desigualdades entre homens e mulheres.

A posterioridade registrou fatos impressionantes que oprimiram a mulher durante muitos anos e deixaram de lado seus sonhos e aspirações, oferecendo-lhe um espaço restrito a prática doméstica. Desde a criação do mundo nota-se a

submissão da mulher em relação ao homem, partindo do pré suposto que se ela foi criada da costela do homem, ela será submissa a ele para sempre.

A cada ano, século ou até mesmo milênio, o preconceito tomava o cotidiano. Para Cardoso (apud VAZ; LAIMER; s/a), a Igreja colocou a mulher em situação de desvantagem social e de discriminação. A religião sempre defendia a tese da existência de diferenças inatas entre os dois sexos, diferenças essas que deixavam a mulher sempre em situação de inferioridade com relação ao homem.

O preconceito tomava espaços cada vez maiores e a mulher era cada vez mais submissa ao homem. Toledo *et. al.* (apud VAZ; LAIMER; s/a, p.3) aborda a dominação do homem da seguinte forma:

Vivemos em uma sociedade de estrutura patriarcal, que consciente ou inconscientemente tem sido concebida à imagem da família burguesa- o homem como provedor e a mulher devendo permanecer em casa atendendo aos afazeres domésticos e cuidando das crianças. [...]. A mulher permanece à margem destes processos esperando que o homem se ocupe de sua sobrevivência e da prole (VAZ, LAIMER, s/a, p.3).

Nesse sentido, a mulher apenas realizava os trabalhos referentes a casa, como cozinhar, arrumar a casa, cuidar dos filhos, lavar. Essas eram suas atribuições, deixando assim o sustento da família para o marido que por ser mais forte devia trabalhar e trazer o sustento aos seus dependentes.

Muraro (apud VAZ, LAIMER, s/d), diz que as mulheres ficavam sob a guarda dos pais, passando virgens para os cuidados do marido. Não tinham direito a herança. Nessa época também aconteciam e eram comuns os infanticídios de meninas, com isso as mulheres tonavam-se escassas.

A mulher era submissa ao homem em todos os sentidos. Não podiam sair de casa, se saíssem eram vistas com maldade, sofriam discriminação da sociedade. Para Toledo et al. (apud VAZ, LAIMER, s/d), essa desigualdade entre homens e mulheres trata-se de uma questão familiar, pois, desde pequenos, os filhos já recebem a lição que o pai é responsável por trabalhar e resolver problemas fora de casa e a mãe deve se deter aos afazeres domésticos.

As crianças eram educadas seguindo essa linha, onde meninas ajudavam a mãe em casa e os meninos aprendiam sobre o trabalho com o pai, o que cabia ao homem realizar. Para Toledo et al. (apud VAZ, LAIMER, s/d) é na escola que as

diferenças entre os gêneros ocorrem efetivamente, professores que ensinam as regras aprendidas em sua infância, dividindo meninas e meninos. Além dos livros que trazem a imagem da mulher atrelada à mãe que cuida dos filhos.

Muitas vezes as próprias professoras, uma das primeiras profissões da mulher. Para Pinto (*apud* VAZ, LAIMER, s/d), fora de casa a mulher só tinha direito a vida religiosa, ou bruxaria, fato que fez com que muitas mulheres morressem queimadas em praça pública, acusadas de exercer bruxaria, pelo fato de receitarem remédios caseiros por exemplo.

Muraro (*apud* VAZ, LAIMER, s/d, p. 5) relata que no século XIII as mulheres curandeiras foram proibidas de exercer o trabalho:

A perseguição as cirurgiãs e curadoras tradicionais ia aumentando à medida que ia se solidificando o poder medico. Ao menos centenas de milhares de mulheres morreram em quatro séculos. Muitos creem que este numero atinja a casa dos milhões. Hoje os historiadores e principalmente as historiadoras se aplicam em resgatar a memória das bruxas. Sua destruição foi um dos maiores genocídios da humanidade.

A partir do início da década de 1970, no Brasil, intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. Na década de 1980, esse processo continuou. Já nos anos 1990, com o processo de abertura comercial, as mulheres conseguiram manter a ascensão no mercado de trabalho, porém incrementa-se, nessa última década, o desemprego feminino, indicando que o aumento de postos de trabalho para as mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da PEA feminina (HOFFMANN, LEONE *apud* CAON,2008).

Passados séculos ainda prevalecem inúmeros mitos a respeito do papel da mulher, os quais ainda não foram superados, porém o avanço é gradativo e aos poucos os obstáculos vão sendo ultrapassados. Muitas conquistas já foram obtidas, sendo algumas delas: o direito ao trabalho fora do lar, o direito ao voto (1932); participação nos esportes (1924); entrar no mercado de trabalho; divórcio; poder ser eleita para o governo; evitar a gravidez (com contraceptivos); usar calças compridas; poder matricular-se em curso superior; a mulher casada passa a ter os mesmos direito do marido no mundo civil; é livre para adotar ou não sobrenome do marido; chega a cargos executivos; recebe salários mais próximos aos dos homens.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou um balanço que traça o perfil da mulher brasileira, no final do milênio, no qual foram apontadas as observações que seguem:

- a) no quesito trabalho, ocorreram mudanças entre 1992 e 1999. A participação feminina no mercado de trabalho subiu de 38,8% para 40,3%;
- b) na educação houve melhora, a porcentagem de trabalhadoras, que concluíram o segundo grau cresceu de 14,7% para 20,4%; e

A taxa de fecundidade continuou caindo, 56,6% das trabalhadoras estão no setor de serviços; 40,3% da população ocupada é feminina; 26% das famílias são chefiadas pelas mulheres; 20,4% concluíram o segundo grau.

Existem várias pesquisas mostrando o impacto da chegada das mulheres no mercado de trabalho e sua ascensão aos postos de comando. De acordo com o levantamento da Catho, grupo especializado em recrutar executivos, as mulheres estão roubando as vagas dos homens, ascendendo mais rapidamente aos altos postos e ganhando mais, trazendo como grande virtude a liderança como uma orientação e não como uma ditadura.

2.2 CONQUISTAS IMPORTANTES DAS MULHERES NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA

As conquistas das mulheres começam em 1822 quando Maria Leopoldina Josefa Carolina, arquiduquesa da Áustria e imperatriz do Brasil, exerce a regência, na ausência de D. Pedro I, que se encontrava em São Paulo. A imperatriz envia uma carta fazendo comentários a Portugal criticando a atuação do marido e exige que D. Pedro proclame a independência do Brasil. Já em 1827 surge a primeira lei sobre educação das mulheres, permitindo que frequentassem as escolas elementares; as instituições de ensino mais adiantadas eram proibidas para elas.

No ano de 1879, as mulheres têm autorização do governo para estudar em instituições de ensino superior; mas as que seguiam este caminho eram criticadas pela sociedade. Em 1885, a compositora e pianista Chiquinha Gonzaga estreia como maestrina ao reger a opereta "A corte na Roça". É a primeira mulher no Brasil a estar a frente de uma orquestra.

Forma-se em 1887 a primeira médica no Brasil, Rita Lobato Velho. As pioneiras tiveram muitas dificuldades em se firmar profissionalmente e algumas foram ridicularizadas. Já em 1917, a professora Deolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910, em plena República Oligárquica, lidera uma passeata exigindo à extensão do voto as mulheres (MARAFIGO, 2013).

O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, consegue uma alteração da lei eleitoral dando direito de voto as mulheres, em 1927. O primeiro voto feminino no Brasil e na América Latina foi em 25 de novembro no Rio Grande do Norte. Quinze mulheres votaram, mas seus votos foram anulados no ano seguinte. No entanto, foi eleita a primeira prefeita da História do Brasil: Alzira Soriano de Souza, no município de Lages – RN (MARAFIGO, 2013).

Getúlio Vargas, no início da Era Vargas, promulga em 1932 o novo Código Eleitoral, garantindo o direito de voto às mulheres brasileiras. Em 1933, nas eleições para a Assembleia Constituinte, são eleitos 214 deputados e uma única mulher, a paulista Carlota Pereira de Queiroz.

Depois de 12 anos sem a presença feminina, em 1948 a delegação brasileira olímpica segue para Londres com 11 mulheres e 68 homens. Durante o Período Democrático, a grande tenista brasileira, a paulista Maria Esther Andion Bueno torna-se em 1960 a primeira mulher a vencer os quatro torneios do Grand Slam. Conquistou o total de 589 títulos em sua carreira. Eunice Michilles então representante do PSD/AM, torna-se em 1979 a primeira mulher a ocupar o cargo de Senadora por falecimento do titular da vaga (MARAFIGO, 2013).

Em 1980 é recomendada a criação de centros de autodefesa para coibir a violência contra a mulher. Surge o lema: “quem ama não mata”. Surgem os primeiros conselhos estaduais da condição feminina (MG e SP), em 1983, para traçar políticas públicas para as mulheres. O ministério da Saúde cria o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher - PAISM em resposta a forte mobilização dos movimentos feministas, baseando sua assistência nos princípios da integridade do corpo, da mente e da sexualidade de cada mulher.

A primeira Delegacia de Atendimento Especializada na Mulher (DEAM) (SP) surge em 1985 e muitas são implantadas em outros estados brasileiros. Ainda neste ano, com a Nova República, a Câmara dos Deputados aprova o Projeto de Lei que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. É criado o Fundo de

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) em lugar do antigo Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher (MARAFIGO, 2013).

Através do lobby do batom, em 1988, liderado por feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, as mulheres obtêm importantes avanços na Constituição Federal, garantindo igualdade a direitos e obrigações entre os homens e mulheres perante a lei. Eleita a primeira mulher para o cargo de senadora: Junia Marise, do PD/MG. Zélia Cardoso de Mello é a primeira ministra do Brasil. Ela assume a pasta da Economia no Governo de Fernando Collor (1990-1992).

Em 1993 ocorre, em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos. Os direitos das mulheres e a questão da violência contra o gênero recebem destaque, gerando assim a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher (MARAFIGO, 2013).

Roseane Sarney é a primeira mulher eleita governadora de um estado brasileiro em 1994, o Maranhão. Foi reeleita em 1998. O Congresso Nacional inclui o sistema de cotas, em 1996, na Legislação Eleitora, obrigando os partidos a inscreverem no mínimo 20% de mulheres nas chapas proporcionais. A senadora Benedita da Silva é a primeira mulher a presidir a sessão do Congresso Nacional em 1998 (MARAFIGO, 2013).

No Brasil do século XXI, Marina Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) do Acre, reeleita senadora com o triplo dos votos do mandato anterior, assume o Ministério do Meio Ambiente do Governo Lula em, 2003. Em 2010, Dilma Rousseff é eleita a primeira presidente mulher do Brasil (MARAFIGO, 2013).

As conquistas das mulheres nos últimos 150 anos têm como responsável os movimentos feministas, porém elas ainda buscam melhores condições. A mulher atual conduz suas ações se tornando multifuncional, ou seja, sem deixar de lado a feminilidade. Sua participação nas últimas décadas tem sido um dos fatos mais marcantes na sociedade brasileira. Entre os brasileiros que trabalham as mulheres são quase metade, sendo responsáveis muitas vezes pelo sustento das famílias.

A chefia da família feita por mulheres foi uma conquista que se deu muito cedo, normalmente quando elas passavam por dificuldades econômicas por terem sido abandonadas pelos companheiros. Com isso, quebravam a ideia que dizia que

as características femininas eram a fragilidade, o recato, e o predomínio do afeto, a subordinação e a vocação somente maternal.

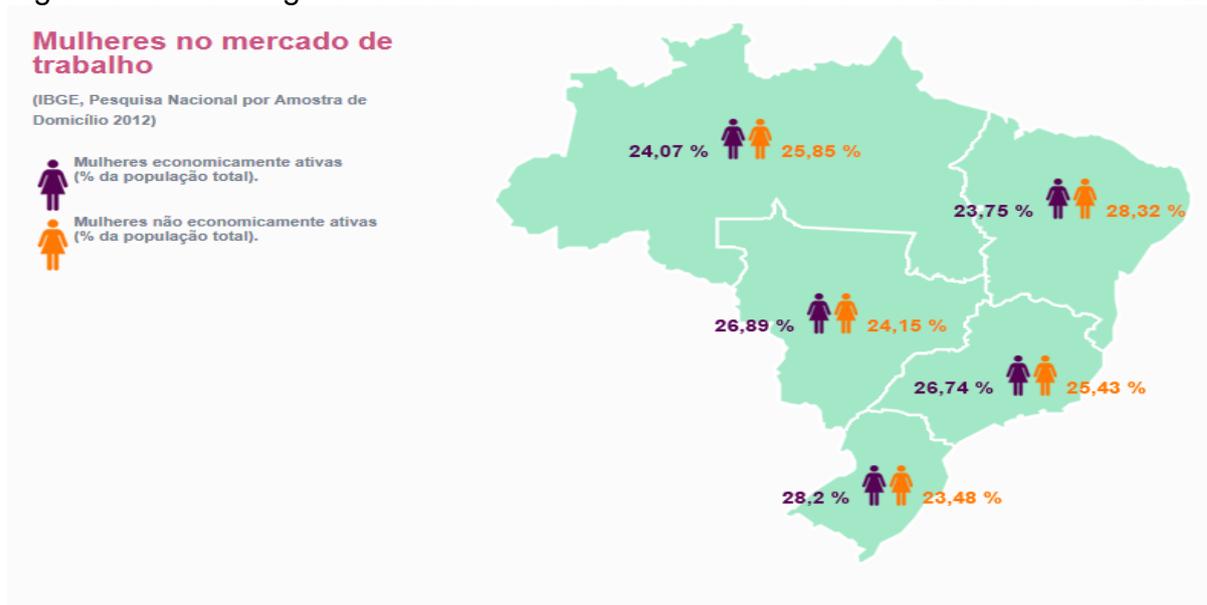
O pós-guerra tornou legítima a ocupação do espaço apropriado a elas, com o ingresso no mercado de trabalho em meados do século XX, passaram a gerar renda e tomar frente a suas decisões, conquistando nesse mesmo século o “Dia Internacional da Mulher”, que é considerado o marco da luta feminina pelos direitos humanos.

Mesmo com todas as conquistas ainda ocorrem as desigualdades, seja nos salários, seja na jornada, na credibilidade e nas desvantagens na carreira. Porém, a busca por melhores resultados é objetivo de ambos os gêneros, mesmo os dois tendo maneiras diferentes de encarar certas situações. A mulher utiliza sua intuição, já o homem utiliza sua ação. As mulheres tendem a construir suas carreiras etapa por etapa, já os homens planejam suas carreiras a longo prazo. As mulheres tomam decisões, já os homens têm maior capacidade de arriscar em novos empreendimentos, mesmo que isso lhe custe o emprego em certas ocasiões.

As mulheres têm denunciado o alto custo que elas pagam por competir no espaço dos homens: Enquanto estes contam, de certo modo, com uma infraestrutura de apoio, seja financeira, sejam apenas psicológicas, para competir no mercado de trabalho, as mulheres devem provar duas vezes mais do que são capazes, além de continuar a desempenhar as funções de mãe e de rainha do lar, exigidas tanto pelos maridos, quanto pelos filhos e familiares (RAGO *apud* SANTOS; SACRAMENTO, 2111, p.8).

As mulheres passam a enxergar os homens como um possível aliado além de um concorrente devido a fase que se encontram na qual é crescente a igualdade. Ela passa a reconhecer o seu papel como agente transformador na sociedade, livre de todas as teorias defendidas antigamente, a mulher age entre os grupos, de forma independente. Após as conquistas a mulher deixou de ser um sujeito passivo na sociedade e passou a ser um agente ativo, defensora de ações e argumentos em defesa de sua nova postura. A Figura abaixo demonstra o percentual de mulheres no mercado de trabalho no ano de 2012.

Figura 1 - Porcentagem de mulheres no mercado de trabalho no Brasil no ano 2012.



Fonte: IBGE, 2012.

Segundo o Informe Mulher e Trabalho (FEE, 2015), que fez uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2014, a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego-RMPA executada pela FEE em convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS/Sine-Rs), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade-SP) e a prefeitura de Porto Alegre, um dos principais resultados encontrados foi a taxa de desemprego das mulheres que foi superior à dos homens. Também foi evidenciado que a mão de obra feminina assalariada continua ganhando menos, apesar de ter, em média, nível maior de escolaridade do que os homens.

Segundo o mesmo relatório, o rendimento médio das mulheres é 24,6% inferior ao dos homens, sendo a média salarial do trabalhador masculino R\$2.093,00 ante R\$ 1.579,00 da mulher. A presença da mulher no mercado de trabalho diminuiu de 48,9% em 2013 para 46,7% em 2014. Trata-se da primeira retração em dez anos na participação da mulher. Em 2013, 813 mil mulheres estavam empregadas na Região metropolitana de Porto Alegre. Já em 2014, o índice caiu para 796 mil mulheres.

A taxa de desemprego apresentou queda para as mulheres. Porém, conforme salienta a pesquisadora e socióloga da FEE Miriam De Toni, o resultado decorre da

saída de mulheres do mercado de trabalho, e não de uma maior ocupação da mão de obra. A taxa de desemprego total feminina recuou para 6,6%, em 2014, frente aos 7,5% de 2013, enquanto a masculina ficou estável em 5,4%.

O número de mulheres desempregadas foi estimado em 56 mil pessoas (10 mil a menos do que em 2013) e o de homens em 53 mil pessoas (3 mil a menos). Apesar de ter diminuído o diferencial entre a taxa de desemprego feminina e a masculina, as mulheres ainda têm índice de desemprego superior ao dos homens e representam mais da metade dos desempregados, 51,1% do total (FEE, 2015). A queda do nível ocupacional trouxe efeitos desfavoráveis sobre a formalização das relações de trabalho, interrompendo a tendência de crescimento observada desde 2004.

A única exceção de crescimento refere-se às mulheres com atividades autônomas, com elevação de 26,2% em relação às que trabalham para empresas. Houve também retração no emprego doméstico, modalidade constituída em sua quase totalidade por mulheres. A queda foi de 4,6% como resultado da diminuição tanto na modalidade de emprego doméstico mensalista (-5,2%) quanto na de diarista (-3,5%). Miriam De Toni, pesquisadora e socióloga da FEE, relembra que as mulheres ainda possuem presença maior em nichos que mantêm uma interface com as atividades que exercem no âmbito privado, como educadoras e responsáveis pelos serviços domésticos.

Quanto ao nível de ensino dos ocupados em 2014, as mulheres mantiveram a tendência histórica de terem maior escolarização do que os homens e de se concentrarem em maior número nos postos que exigem escolaridade mais alta. Elas representam 45,5% das ocupações de ensino médio completo e 20,7% das de ensino superior completo. Já os homens correspondem a 43,7% e 14,8%, respectivamente (FEE, 2015).

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA

O município de Horizontina está localizado na Mesorregião Noroeste Rio-grandense, pertencendo a Microrregião de Três Passos e ao COREDE “Região Fronteira Noroeste”. Enquadra-se na delimitação política e geográfica da Grande Santa Rosa e da região fisiográfica do Alto Uruguai. Com cerca de 20 mil habitantes

no ano de 2015, situada em uma região caracterizada pela agricultura familiar. O município abriga uma moderna unidade da John Deere, empresa norte americana líder mundial na produção de máquinas agrícolas. Se a multinacional acaba, globalizando o município, ela também acaba por outro lado, criando um enraizamento local (DEEPASK, 2015).

Evidencia-se na história do município o trabalho doméstico fundamentalmente baseado na agricultura de subsistência, que era típica nos primeiros anos da colônia. Entre as indústrias que derivaram da agricultura, destacam-se a fabricação de farinhas, as olarias, serrarias, fábrica de móveis, entre outras (GARBRECHT, s/d).

As terras onde se localiza a cidade de Horizontina foram conferidas à firma Rosa e Logemann, como contrapartida por serviços de infraestrutura em 1928. Frederico Jorge Logemann oficialmente o primeiro morador da Colônia Belo Horizonte, conduziu sua ocupação. Nascido na Alemanha, trabalhou para uma companhia que construía ferrovias, o que o levou até o noroeste do Estado. Juntamente com seu cunhado, estabeleceram uma empresa que iria praticar a barganha de terras por serviços (GARBRECHT, s/d).

Em 1954, a Colônia torna-se distrito do município de Santa Rosa, emancipando-se com o nome de Horizontina. A Lei nº 2.556 criou o município de Horizontina, em 18 de dezembro de 1954, assinada pelo então Governador do Estado, General Ernesto Dornelles. Porém, a instalação deu-se em 28 de fevereiro de 1955. Como Município autônomo teve seu primeiro prefeito, Jorge Antônio Dahne Logemann, vice-prefeito Pedro Paulo Barriles e presidente da Câmara de Vereadores, Alexandre Koschwitz (IBGE, 2013)

O único filho do fundador Jorge Antônio Logemann torna-se o primeiro prefeito. Nessa mesma época se consolida a fábrica, iniciada em 1945 pelo patriarca, a lendaria SLC. No início os sócios adquirem uma oficina mecânica que já operava. Em 14 de junho de 1945, foi constituída a Schneider Logemann e Cia (GARBRECHT, s/d).

Em 1947, começa a produção de trilhadeiras estacionárias e picadores de forragem. Em 1949, a SLC instala uma fundição de ferro e bronze, que impulsiona a diversificação da oferta. Ao final da década de 1950, a empresa inicia a industrialização de trilhadeiras automotrizes. Em 1958 datam as primeiras

colheitadeiras rebocadas. Em 1965, lança as primeiras colheitadeiras automotrizes do país. A associação com a John Deere foi gradual. No final dos anos 1970 esta recebeu 20% do controle em troca do aporte tecnológico.

A primeira cultura desenvolvida no município foi o milho, utilizado como insumo na criação de suínos. Com o excedente da produção realizavam-se trocas, gerando necessidade de comércio com armazéns e moinhos, local em que os agricultores processavam seus produtos e adquiriam as mercadorias para satisfazer suas necessidades.

A madeira era o primeiro capital de quem comprava um lote, o colono derrubava as árvores e vendia a madeira. Com esta renda ele começava a produzir, plantando milho, feijão preto e mandioca, utilizando como ferramentas de produção a enxada, a cavadeira, o arado, entre outras. Ainda, criavam gado para produzir leite para o consumo e para ajudar no trabalho de cultivo das culturas, puxando o arado (BONES, 2005 *apud* JAGNOW, JURACK, STOFFEL, 2012).

As finanças do município cresciam ano a ano, registravam-se também participação ativa do setor industrial que através de seus produtos traziam retornos de vital importância. Conforme explanado anteriormente, o setor industrial contribuiu em grande escala para o progresso do município. Ao passo que a indústria extrativa e a de construção civil tenha pouca importância, a de transformação tem alto significado através da fabricação de máquinas agrícolas.

A pecuária no município era mais expressiva em épocas anteriores, principalmente a suinocultura. Porém, não se pode dizer que passa despercebida, pois teve parte no somatório econômico, em especial a fabricação de linguiça, mortadela, banha, couro e carne de porco.

Nessa época o comércio era intenso, tendo uma rede de casas comerciais muito ativas, tanto na cidade como no interior. É significativo o número de estabelecimentos, como se pode verificar na relação a seguir: 84 estabelecimentos industriais, 185 estabelecimentos comerciais, 3.400 e, preás rurais (minifúndios); 5 agências bancárias: Banco do Brasil S.A., Banco Sul-brasileiro S.A.; Banco Nacional do Comercio S.A., Caixa Econômica Federal e Caixa de Credito Rural (GARBRECHT, s/d).

Em relação aos aspectos culturais da época, Horizontina sedia a educação através de 65 estabelecimentos de ensino assim distribuídos: 63 de ensino

fundamental, 02 de ensino de 2º grau. Eram quase seis mil estudantes que frequentavam as salas de aula a fim de adquirir a ciência do saber através de experiências dos mestres. No ensino de 2º grau se destacava o Colégio Comercial e a Escola Normal (GARBRECHT, s/d).

As rádios e comunicações possuíam uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma rede de serviços telefônicos. A Emissora Sul Brasileira levava notícias, comunicações e entretenimento para a comunidade. Possuía também um canal de DDD que veio a beneficiar e ligar as comunicações de Horizontina com o resto dos municípios do Brasil, também captava as ondas luminosas do Canal 12 – TV Gaúcha de Porto Alegre.

O Plano diretor da cidade serviu como instrumento norteador, pacificando os problemas que se relacionam com o crescimento desgovernado das ruas, avenidas e prédios residenciais. A cidade possuía uma praça, duas avenidas e dezenas de ruas e travessas bem iluminadas e arborizadas.

A segurança pública era garantida pela Brigada Militar, integrada na época por 5 efetivo, a cidade sedia a 6ª Delegacia do Serviço Militar, que atendia ainda as comunidades de Três de Maio, Independência, Boa Vista do Buricá e Tucunduva. Na área da saúde, o município contava com 3 hospitais com 117 leitos, 4 farmácias, 1 laboratório, 1 operador de Raio X, 2 salas de parto e 3 salas de cirurgia (GARBRECHT, s/d).

A multinacional localizada no município possui forte influência no mercado de trabalho. Conforme já foi citado anteriormente, para os habitantes de Horizontina trabalhar na SLC, no passado, hoje na John Deere, é uma condição tratada como sonho na maioria das vezes. Porém nos depoimentos dos habitantes são frequentes relatos de que esse fato se trata também de uma fatalidade, pois existe ausência de alternativas ocupacionais (SOBRINHO, 2011).

Devido essa “fatalidade sonhada”, surge um aspecto particular de mercado. De um lado, o volume de trabalho operário tem tido oscilações acentuadas, tendo mostrado crescimento na primeira metade desta década e forte retração entre o final de 2004 e início de 2007, quando começou novamente a se expandir. Devido a essas oscilações, a empresa então procura alternativas para lidar com o fato (SOBRINHO, 2011).

A utilização de contratos temporários foi experimentada em uma das fases de aumento de emprego, mas foi abandonada. A terceirização de processos dentro da planta e a externalização da fabricação de componentes, vem sendo implementada ao longo dos anos (SOBRINHO, 2011).

Outro fator interessante são as mudanças nas políticas de recursos humanos da empresa. A mão de obra feminina, por exemplo, foi, por muitos anos, desconsiderada para aproveitamento nas tarefas produtivas. Isso refletiu na inserção das mulheres no mercado de trabalho horizontinense, pois não tinham nem a possibilidade de ingressar nos cursos de formação para o ingresso na empresa em que se destacavam, por exemplo, o curso técnico em mecânica e o Programa de Aprendizagem Industrial do SENAI.

Nas contratações do ano de 2007, passa a ser contratadas mulheres. De uma forma estratégica, os aposentados pelo INSS constituem uma reserva, tanto em momentos de elevação quanto nos momentos de queda, pois a empresa não rescinde automaticamente os contratos desses trabalhadores. Mas quando há necessidade de cortes no quadro de colaboradores oferece recorrentemente vantagens para que eles deixem o emprego (SOBRINHO, 2011).

Esses trabalhadores tendem a se tornar economicamente ativos ou deixar de ser ao ritmo das oportunidades oferecidas pela John Deere, tendo em vista o restrito leque de alternativas e a condição cultural para o trabalho feminino como reforço a renda familiar. Quanto aos aposentados, um rendimento monetário assegurado pela Previdência atenua a necessidade de novo trabalho.

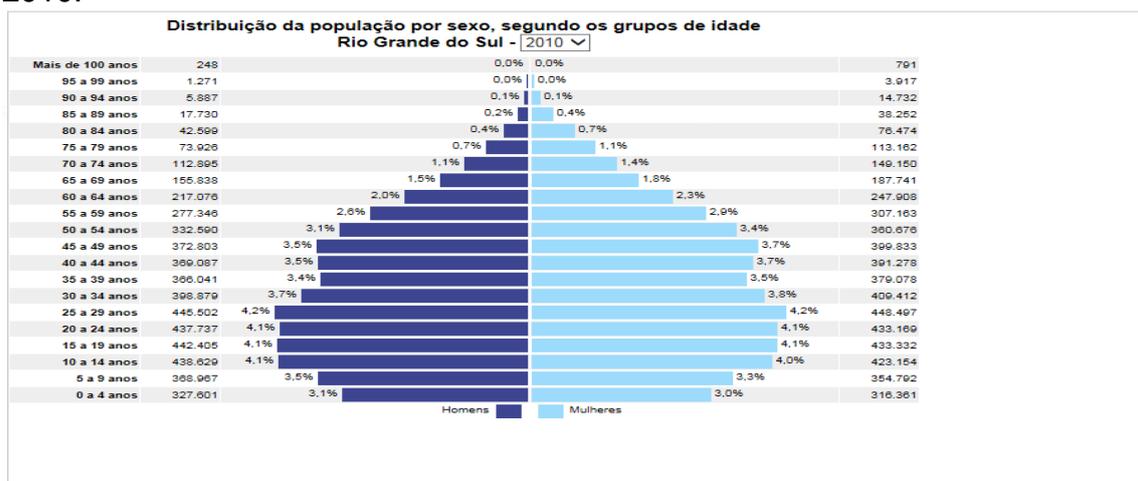
O município mantém permanente controle sobre o potencial de atração imigratória que a “firma” traz. Isso se expressou no ano de 2002, quando o município obteve o primeiro lugar em um índice de desenvolvimento social elaborado pela FEE-RS para os municípios gaúchos. O prefeito da época mandou confeccionar uma placa com os dizeres “Bem-vindo a Horizontina, primeiro lugar em qualidade de vida no interior do Rio Grande do Sul” (SOBRINHO, 2011).

Com sua escassa população, Horizontina não consegue fornecer mão de obra suficiente para a empresa em momentos de alta de empregos. O mecanismo encontrado pela empresa então é custear rotas diárias de ônibus que buscam, no início do turno, e levam ao final, trabalhadores de diversos municípios vizinhos que neles continuam a residir.

Devido a aspecto de pequeno porte da cidade, nota-se a importância na rotina das instituições e nas vidas dos indivíduos, relações sociais altamente pessoalizadas, alimentadas pela proximidade e número pequeno de atores sociais. A racionalidade e burocracia que se poderia esperar de uma companhia multinacional, em momentos de escassez de mão de obra a empresa opta por flexibilizações, como por exemplo, o relaxamento na exigência de Ensino Médio completo para o ingresso na empresa.

Conforme o censo 2010 no município de Horizontina a população masculina representa 8.946, enquanto a população feminina era de 9.402 hab. A figura 4 abaixo demonstra a distribuição da população residente segundo sexo e grupos de idade.

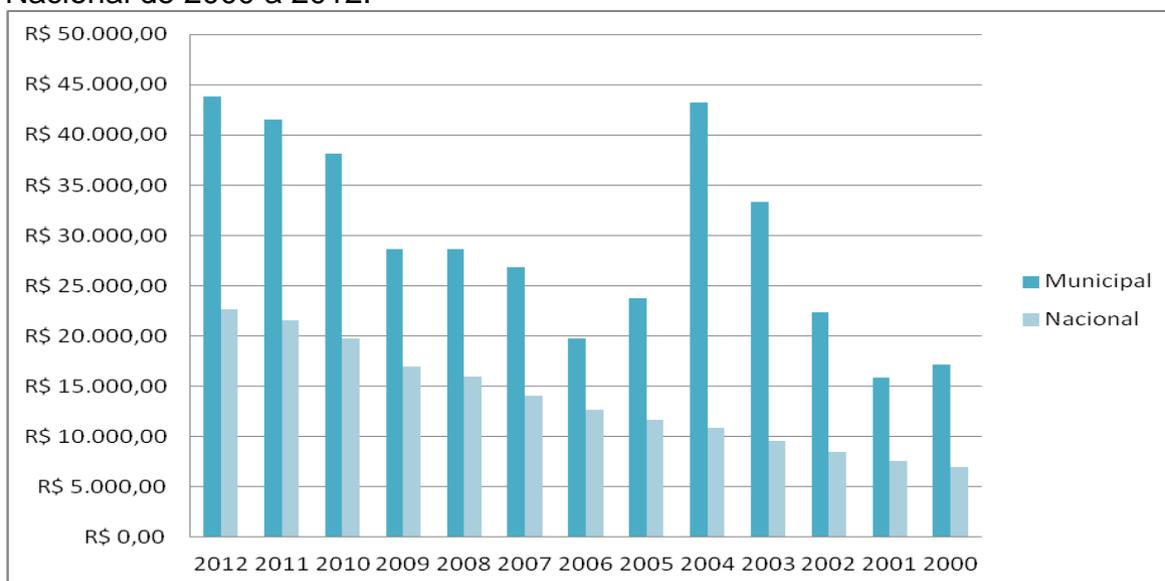
Figura 2 - População residente, por grupos de idade, municípios e o sexo no ano 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Horizontina possui PIB per capita maior que o PIB nacional. No ano de 2012, por exemplo, o PIB Municipal per capita foi de R\$43.853,30 enquanto o PIB Nacional foi de R\$22.642,40. Em todos os anos demonstrados pode-se notar uma diferença significativa conforme o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - PIB per capita do Município de Horizontina em comparação com o PIB Nacional de 2000 a 2012.



Fonte: dados brutos: IBGE; DATASUS (apud DEEPASK).

Hoje, Horizontina trata-se de uma cidade urbanizada, rica, assalariada, e, principalmente, industrial em comparação com os municípios de seu entorno. Por abrigar uma empresa multinacional, que traz como consequência uma certa dependência, pois toda a economia do município gira em torno da mesma, levando em consideração o fato de que a renda de muitas famílias do município depende da empresa.

2.4 O ENSINO PROFISSIONALIZANTE

Antigamente, toda a educação que visava formar profissionais que não eram ligados diretamente a produção para a economia mercantil se dava pela experiência prática, quando muito em escolas de ordens religiosas. Sobre caráter de formação da sociedade brasileira, é um consenso para alguns pesquisadores que a educação profissional no início possuía como característica, antes de atender uma demanda por mão de obra, a função de formar o caráter do trabalhador, ou seja, um apelo moral e a busca da disciplina e controle dos aprendizes para que esses não se contaminassem com as ideias de um movimento operário.

As escolas de artes e ofícios não davam acesso ao ensino superior, que na época era reservado somente para filhos da elite. Já as escolas profissionalizantes

sempre cumpriram a função de reprodução da força de trabalho. Quando a economia era monocultora e agroexportadora não era necessária uma mão de obra qualificada. Mas com o processo de industrialização, seria preciso trabalhadores que possam operar máquinas modernas industriais.

Com as reformas na educação na década de 1940, as antigas escolas de artes e ofícios foram transformadas em escolas técnicas. Essa foi uma tentativa de organizar a educação, principalmente o ensino médio, não sendo rompida a lógica anterior de restringir o acesso ao nível superior, pois a educação técnica possibilitava a continuidade dos estudos, através de um exame de adaptação. Porém, os assuntos exigidos não eram os quais a classe trabalhadora tinha acesso.

Dentro da chamada Reforma Capanema (1942), foi criado um sistema complementar de formação profissional através do sistema SENAI e SENAC “como forma de atender as demandas por mão de obra qualificada” (KUENZER, 2000 *apud* LIMA, s/a, p. 2-3). Com a criação do sistema “S” a educação profissional não ficou restrita a obrigatoriedade de oferta por parte do Estado, mas sim pela iniciativa privada que naquela época buscava uma forma mais ágil e prática de suprir as carências do mercado de trabalho, além de ter controle sobre quem estavam formando.

Com o vigor da Lei 4024/61 é que pela primeira vez não houve exigências de exames de adaptação ou de exames complementares para a articulação e equivalência entre a educação geral em nível secundário com a educação profissional que propiciasse o acesso ao ensino superior. Essa lei apenas expressou o que, na prática já estava acontecendo.

O desenvolvimento tardio da economia brasileira fez com que toda a legislação educacional buscasse as mudanças ocorridas na forma de produzir mercadorias. Até meados da década de 1970, a educação profissional limitava-se ao treinamento para a produção em série. Com o crescimento econômico no pós 2ª guerra e com a abundância de capitais que eram escoados a títulos de empréstimos para os países em desenvolvimento, o governo militar brasileiro reformulou a educação procurando conter a pressão pelo acesso a universidade.

A Lei 5692/71 ampliou a profissionalização do ensino médio, o objetivo do governo era claro: “[...] corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o

quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o país precisa” (Parecer 76/75 *apud* FREITAG,1986, p. 95). O parecer 76/75, encomendado pelo MEC ao Conselho Federal de Educação para impedir dúvidas quanto a aplicação da profissionalização do ensino médio, expõe que a Lei 5692/71 não obrigava as escolas de 2º grau a se transformarem em escolas técnicas e que profissionalizante seria o ensino e não a escola.

A educação profissionalizante diz respeito ao conjunto de ações pedagógicas que propiciam a uma melhor compreensão do mundo e a aquisição de uma ampla base de conhecimento que permita ao sujeito adaptar-se e acompanhar as mutações do mundo do trabalho e do treinamento profissional, levando a aquisição de técnicas específicas para a realização de um trabalho definido. Com a distinção entre os conceitos de educação profissionalizante e formação profissionalizante, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer 76/75, autorizou o MEC a reconhecer e permitir à existência de todas as formas de educação/formação profissionalizante, cumprindo a função de ajustar à legislação a realidade, permanecendo praticamente tudo como era antes da Lei 5692/71.

Porém a função do ensino técnico de conter as demandas pelo ensino superior não teve êxito. Esse insucesso não pode ser debitado na conta da equivalência com o ensino médio, mas principalmente pela crise dos anos de 1970 com o esgotamento do modelo fordista de acumulação e a conseqüente falta de empregos para os técnicos de nível médio. Quando não encontravam empregos, a alternativa que se via continuava sendo o ensino superior. Diante disso, a política de profissionalização do ensino médio do governo militar fracassou (LIMA, 2012).

Este período de crise, final da década de 1960 a início dos anos 1970, foram marcados no campo educacional pela entrada efetiva do Banco Mundial nas intervenções das políticas educacionais. O Banco Mundial não se limitou ao papel de financiador, mas, sobretudo e principalmente de formulador de tais políticas.

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: O PRONATEC

Uma das principais medidas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi o PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, que foi o

principal programa para a formação de trabalhadores. Trata-se de um programa do Ministério do Trabalho de qualificação profissional para desempregado, que trazia a marca forte do governo, que visava a diminuição de custos na gestão pública e a parceria público-privada (FRANZOI, SILVA, COSTA, 2014).

O PLANFOR conseguiu mobilizar, em torno de si amplos setores da sociedade, que participavam do programa, tanto como gestores, usuários ou avaliadores (FRANZOI *apud* FRANZOI, SILVA, COSTA, s/d, s/p.). Operava com alguns pressupostos: o primeiro era de que o mercado de trabalho estaria em constante mutação, expressão utilizada nos documentos oficiais. Outro pressuposto dava as configurações do mercado de trabalho, cabendo ao trabalhador se adaptar a elas e as políticas governamentais.

Em julho de 2004, o governo Lula baixou um decreto (Decreto 5154/2004) que revogou o decreto 2208/97, rearticulando o ensino médio com o ensino técnico de nível médio, porém mesmo trazendo de volta essa articulação. O novo decreto manteve alguns aspectos do decreto anterior, principalmente os que favoreciam a expansão da formação profissional por meio de entidades privadas.

O decreto 5154/01, no art. 4º, instituiu três formas de articular o ensino médio com a educação profissional técnica. A primeira seria a forma integrada, oferecida apenas para quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única; a segunda forma seria a concomitante, oferecida tanto para quem já tenha concluído o ensino fundamental, quanto para quem já tenha o ensino médio com matrícula diferente para cada curso, sendo na mesma instituição, em instituições distintas, mas conveniadas, e a terceira forma seria a subsequente, oferecida apenas aos que já concluíssem o ensino médio.

Nessa configuração, pode-se organizar um curso técnico de nível médio com diversas áreas articuladas entre si, com a garantia de certificados de qualificação, ou seja, o aluno não é obrigado a concluir o curso, mas apenas os módulos do programa. Porém para ser reconhecido como técnico de nível médio terá que cumprir as exigências totais do curso. Essa regulamentação da educação profissional trouxe uma flexibilidade a essa modalidade de ensino que favoreceu o avanço do setor privado, seja na rapidez da formação, seja na redução de custos organizados em módulos menores.

Com isso, surge então o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Trata-se de uma das principais ações de inclusão do Plano Brasil Sem Miséria, que é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, instituído na lei número 12.513 de 26 de outubro de 2011. O Programa prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CADunico, com idade a partir de 16 anos, tendo prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até R\$140 por mês, e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

O PRONATEC tem como objetivos principais:

- a) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- b) ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país;
- c) integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e
- d) democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

No geral são identificadas seis grandes ações que articulam e ampliam o programa, algumas já existentes e complementam outras: Bolsa Formação FIES Técnico e Empresa, Expansão da Rede Federal, Rede e-Tec Brasil, Brasil Profissionalizado e continuidade do acordo com o Sistema S.

Conforme o artigo primeiro dessa política pública evidencia-se o foco na ampliação da oferta e do acesso à educação profissional e ao emprego. Grande parte das ações do Pronatec tem sua gestão na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC. Porém, prevê em sua execução a articulação entre diversos ministérios atendendo a demandas específicas.

A realização prática dessa articulação tem trazido à tona o quanto é difícil a execução desses processos em um sistema burocrático. Dentre os objetos propostos, destaca-se o Bolsa-Formação, que se articula com diversos programas sociais no sentido de ampliar massivamente a oferta de cursos de formação inicial e continuada e a qualificação de trabalhadores.

Os cursos oferecidos pelo PRONATEC são uma parceria entre Governo Federal, estados e municípios e as instituições que irão oferecer os cursos, sendo esses geralmente, institutos federais e de ensino tecnológico. Os cursos são de duas naturezas: educação profissional técnica, que ocorrem posteriormente ao ensino médio, e cursos de formação inicial e continuada, que possuem carga horária de pelo menos 160 horas e não são vinculados ao ensino médio.

No início, quando o programa foi implantado, era vinculado ao Bolsa Família. Porém, aos poucos foi sendo desvinculado dessa intenção, ganhando metas próprias, tanto que atualmente a inclusão no programa pode ser feita pelo solicitante sendo ele ou não beneficiário do Bolsa Família.

Outro elemento que deve ser destacado é a obrigatoriedade, pela Lei nº 12.513, que institui o PRONATEC, a qual diz que os beneficiários do Seguro-desemprego devem participar de cursos do Programa, sobre a penalidade de não receberem suas parcelas mensais caso não participem de algum curso.

O programa prevê a aplicação de recursos, no custeio das ações nos âmbitos federais, estaduais, e ainda no setor privado. Como nos serviços nacionais de aprendizagem e no financiamento de cursos da educação profissional e tecnológica.

2.6 AVALIAÇÃO GERAL DO PRONATEC

Segundo o Caderno de estudo Inclusão Produtiva Urbana (2014): O Pronatec/ Bolsa formação, entre 2011 e 2014, foi bem avaliado tanto por alunos quanto por gestores públicos e representantes das unidades ofertantes.

O estudo qualitativo permitiu que fossem identificados pelo menos três perfis de público. O principal perfil identificado é formado por alunos jovens e escolarizados, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, os quais tem a disponibilidade de dedicar-se integralmente aos estudos, pois já haviam concluído ou estavam concluindo o ensino médio e buscavam os cursos para almejar melhores posições no mercado de trabalho.

O segundo perfil encontrado é o de mulheres mais velhas com filhos em idade escolar, as quais enfrentam mais dificuldades para concluir os cursos em decorrência das atividades de cuidados familiares. A inserção no mercado de trabalho é dificultada pela menor escolaridade e pela pouca experiência no mercado de trabalho. Esse público busca cursos mais tradicionais como salgadeiro, manicure,

corte e costura, entre outros que lhes possibilitem autonomia devido a sua necessidade de flexibilidade.

O terceiro perfil envolve homens mais velhos, ou seja, “chefes de família”, os quais abandonaram os estudos cedo para trabalhar, normalmente trabalham no mercado informal. Nesse caso, muitos procuram os cursos para conseguir certificação em áreas em que já atuam, pois o certificado abre possibilidade de empregos formais. Tendem a procurar cursos como eletricitas, encanador, operário da construção civil e operador de máquinas.

A pesquisa ainda permitiu vislumbrar o que levava alguns desses alunos a desistir dos cursos, mostrando que as desistências acontecem geralmente no período inicial, por pessoas mais velhas e com menor escolaridade, com chances de inserção bastante precária no mercado de trabalho, o que os levava a abandonar o programa a primeira oportunidade de emprego (MDS, 2014).

Outro aspecto era a distância do local do curso em relação ao local de moradia dos desistentes. Por vezes, até mesmo as condições climáticas levavam a desistência, pois o clima combinado com a distância dificultava a mobilidade até o local do curso. No caso das mulheres, ainda existe a dificuldade de onde deixar filhos pequenos ou de cuidar de algum membro da família adoecido.

Segundo os pesquisadores, as unidades que disponibilizam os cursos que seriam mais sensíveis aos problemas dos alunos possuem menor evasão, já as mais rígidas a evasão é menor. Conforme a avaliação quantitativa para o período de janeiro de 2012 a junho de 2014, os autores debruçaram-se sobre dois aspectos fundamentais: a assertividade dos cursos escolhidos e o desempenho escolar dos matriculados (MDS, 2014).

Os autores buscaram avaliar se a oferta de cursos no âmbito do Pronatec está próxima às necessidades do mercado de trabalho, propondo o índice de similaridade, explicitando uma métrica que indique se os cursos ofertados estão qualificando para as ocupações que mais geram vínculos no mercado de trabalho. No índice de similaridade quanto maior a correspondência dos cursos ofertados com maior quantitativo de vínculos, mais próximo de 1 será o valor do índice. Para o período janeiro de 2012 a junho de 2014, verificou-se que 65,4%, dos municípios que realizaram cursos do Pronatec/ Bolsa formação apresentaram o índice acima de 0,6 com destaque para 20,2% da distribuição com índice acima de 0,8.

Com esse índice superior a 0,6 notou-se a maior concentração para todos os tamanhos de município; 92,3% dos com mais de 500 mil habitantes; 88% para os de 100 mil a 500 mil habitantes; 72,0% para os municípios de 50 mil a 100 mil habitantes; 48,1% para os municípios de 10 mil a 50 mil habitantes e 27,4% para os municípios de até 10 mil habitantes. Para os municípios menores, os autores observaram percentagens mais elevadas nas faixas superiores a 0,8%, indicando maior similitude entre os cursos escolhidos e as ocupações que oferecem oportunidades de emprego (MDS, 2014).

Para apurar o desempenho escolar do público atendido pelo programa, foram utilizados pelos autores indicadores básicos da área de educação, adaptando essas medidas utilizadas pelo MEC no sistema educacional que são: taxa de conclusão, taxa de abandono, taxa de aprovação e taxa de reprovação. Pelos indicadores analisados pelos autores, os beneficiários do programa bolsa família que participaram dos cursos do bolsa formação apresentam o desempenho educacional igual e até mais elevado, com as maiores taxas de conclusão e aprovação, e, conseqüentemente, as menores taxas de abandono e reprovação.

Ao final do processo de captação de dados feita pelos autores, dispôs-se de uma base de dados de 2.490.119 indivíduos matriculados no Pronatec Bolsa Formação (não incluídos os estudantes de cursos técnicos), entre janeiro de 2012 e maio de 2014, sendo 1.359.377 (54,6%) concluintes de pelo menos um curso, 794.042 (31,9%) ainda frequentando o curso em junho de 2014 e 336.700 (13,5%) que abandonaram o curso (MDS, 2014).

No conjunto dos 2,5 milhões de indivíduos matriculados no programa, 38,1% não estão no Cadastro Único, 29,2% estão inscritos no Cadastro Único, mas não eram beneficiários do Programa Bolsa Família e os restantes, 32,1%, são beneficiários do programa em termos de alcance dos públicos do Plano Brasil Sem Miséria, como analisado em outro texto nesta publicação.

Do conjunto de quase 2,5 milhões de indivíduos matriculados em cursos do Pronatec Bolsa Formação, 48,5% tiveram pelo menos 1 vínculo empregatício formal ou formalizaram-se como microempreendedor individual no período estudado. Quando considerado apenas os participantes com 18 a 64 anos e retirando os adolescentes de 14 a 17 anos, o percentual aumenta para 54,9% dos matriculados obtiveram inserção formal no período, resultado similar à taxa de formalização dos

ocupados no mercado nacional. Quando consideram apenas os adultos de 25 a 49 anos, que buscam nesses cursos meios para formalizar a experiência adquirida pela prática, os resultados são ainda melhores, 64,0% apresentou vínculo formalizado (MDS, 2014).

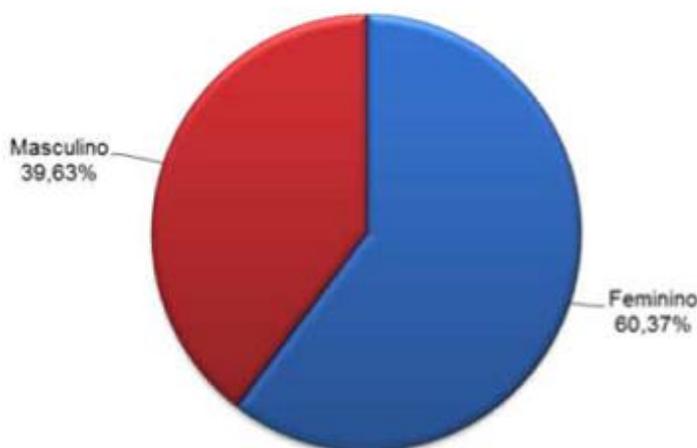
Em termos numéricos, o estudo mostra que após a matrícula ou realização do curso, 665 mil participantes tenham sido identificados no segmento formalizado, um aumento de 83% no período em análise. Elevando de cerca de 17% dos matriculados participavam do mercado formal para 31% o percentual que tendo iniciado ou concluído o curso passaram a dispor de emprego ou se tornaram microempreendedores individuais.

Para os beneficiários do Programa Bolsa Família de 18 a 64 anos revela resultados ainda mais surpreendentes com relação aos efeitos de participação no Pronatec. De 56 mil pessoas de um total de 672 mil beneficiários participantes, passaram a 128 mil no segmento formal correspondendo cerca de 78 mil participantes adicionais foram identificados após a matrícula no programa entre 2012 e junho de 2014.

Segundo os autores, o Pronatec tem apresentado resultados expressivos e sucessivos avanços, organizando suas ações de forma coordenada e sintonizada com as demais políticas públicas, tendo em perspectiva a visão de que a educação profissional é um direito de todo cidadão brasileiro. A meta de ofertar 8 milhões de vagas no período 2011 – 2014 foi superada em 2014, tendo o programa saltado de 900 mil matrículas em 2011 para 8,1 milhões em 2014 (MDS, 2014).

No gráfico, observa-se que predomina a participação de mulheres, ocupando 60,37% das vagas. Já para o próximo quadriênio, 2015-2018, pretende-se atingir a meta de 12 milhões de vagas em cursos técnicos e de FIC no conjunto de iniciativas do Pronatec.

Gráfico 2 – Matrículas por gênero no PRONATEC no Brasil, no período de 2011 a 2014



Fonte: SISTEC (2014).

Dentre os objetivos centrais propostos pelo estudo, foi possível constatar que o Pronatec Bolsa Formação teve 2,8 milhões de matrículas entre outubro de 2011 e junho de 2014. E, desse total, 1,27 milhão se referem aos cursos ofertados pelo Pronatec.

Também, foi possível constatar que a modalidade do Pronatec Bolsa Formação teve matrículas distribuídas em 4.025 municípios brasileiros, enquanto 3.301 municípios tiveram matrículas do Pronatec. O leque que cursos ofertados apresenta uma alta responsabilidade a demanda ocupacional do mercado de trabalho formal e o Pronatec Bolsa Formação, além de acessível ao público de baixa renda, tem apresentado melhor desempenho nas taxas de conclusão e aprovação entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, seguidos pelos indivíduos apenas inscritos no Cadastro Único.

3 METODOLOGIA

A metodologia descreve quais os métodos que serão adotados para orientar o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observadas na construção de conhecimentos, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Sendo assim, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa explicativa, a qual, segundo Gil (1995), é aquela pesquisa que tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Dessa forma, a pesquisa procura demonstrar se os cursos do PRONATEC influenciam na inserção da mulher no mercado de trabalho do município de Horizontina, Rio Grande do Sul.

O método de abordagem é o indutivo, pois, segundo Gil (1995), esse método parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. É utilizado para compreender um fato ou fenômeno partindo de dados particulares, os quais servem para inferir uma verdade universal. Dessa forma, a pesquisa procura demonstrar através de dados particulares sobre os cursos do PRONATEC no município de que forma os mesmos influenciam na inserção das mulheres no mercado de trabalho do município de Horizontina.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), no método de procedimento histórico o foco está na investigação de acontecimentos do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje, ou seja, considera que é fundamental estudar as raízes. Dessa forma, para que o primeiro objetivo seja alcançado, o procedimento adotado foi o histórico, pois a pesquisa parte do princípio de verificar fatos históricos que contribuíram para a inserção da mulher no mercado de trabalho. Para isso, foi utilizada a técnica de documentação indireta, através de pesquisa bibliográfica, baseada em materiais já elaborados, constituindo-se principalmente de livros, artigos, dissertações, teses, dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), artigos de jornais e revistas de circulação nacional, entre outros.

Para o segundo objetivo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, baseada em materiais já elaborados, constituindo-se principalmente de livros, artigos e dissertações que tratassem dos temas: mulheres no mercado de trabalho,

conquistas das mulheres referente ao mercado de trabalho, o ensino profissionalizante no Brasil. Para o terceiro objetivo, foi utilizada a pesquisa documental indireta, onde foi utilizada a pesquisa bibliográfica direcionada a busca de materiais que mantivessem especificamente como assunto o PRONATEC.

Para alcançar o quarto objetivo, primeiramente foi utilizado o contato direto com a Secretária de Desenvolvimento do município em estudo com o objetivo de solicitar os nomes e contatos de todos que participaram dos cursos oferecidos pelo programa Pronatec com a finalidade de levantar dados numéricos referentes a quantidade de mulheres que participaram dos cursos oferecidos pelo programa.

Em um segundo momento foi utilizada a observação intensiva, utilizando a entrevista como método. As entrevistas foram feitas com 77 mulheres que já realizaram os cursos oferecidos pelo PRONATEC na cidade de Horizontina. As 77 entrevistadas foram escolhidas entre 320 mulheres que realizaram os cursos. Como critério de escolha foi utilizado a amostra aleatória simples por meio do seguinte

cálculo: $n = \frac{(N \cdot n_0)}{N + n_0}$ onde $n = \frac{320 * 100}{320 + 100} = 76,19048$, sendo N o tamanho da população e n o tamanho da amostra, levando em consideração a margem de 10% de erro e 95% de credibilidade, tem-se esse percentual como uma amostra válida para o trabalho.

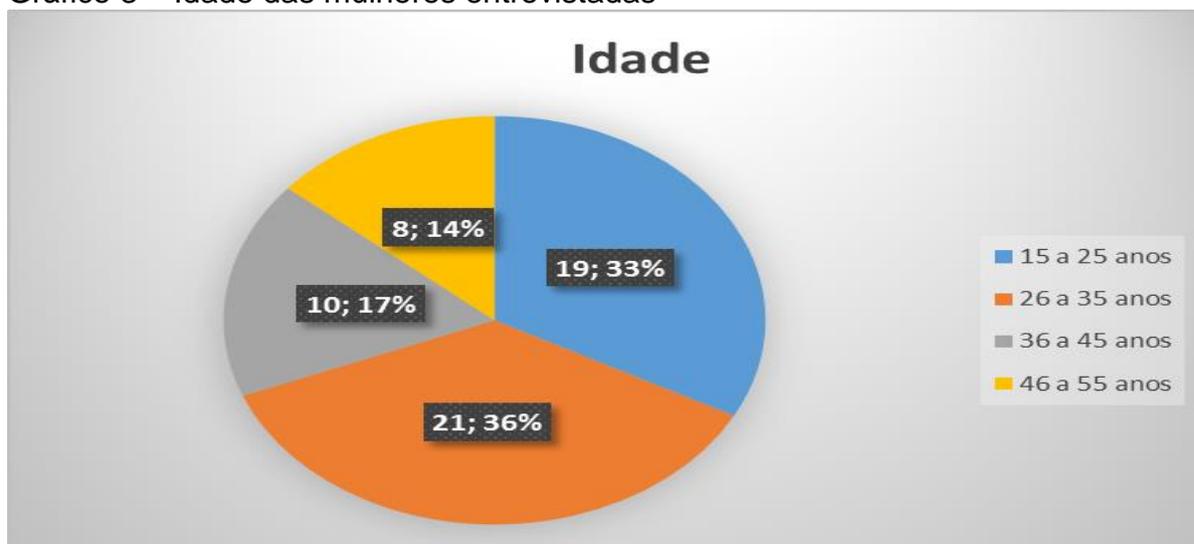
Após a realização das entrevistas os dados foram analisados e tabulados, sobre os seguintes aspectos: ocupação anterior ao curso e posterior ao mesmo, nível de renda das entrevistadas, percepções referentes a participação nos cursos do PRONATEC, entre outros. Os aspectos levantados foram aprofundados no capítulo que segue.

A pesquisa foi realizada no município de Horizontina (RS), através de questionário composto de 8 perguntas pertinentes a mulheres que participaram dos cursos oferecidos pelo PRONATEC, nos anos de 2013 e 2014. A pesquisa foi realizada no período de 1 de outubro a 20 de outubro de 2015. O total de entrevistas válidas foram 77 mulheres das quais 17 apesar de se matricularem para os cursos, não chegaram a frequentar ou desistiram. Assim as informações que geraram os gráficos e tabelas a seguir surgiram da entrevista que se encontra no apêndice A.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira variável da pesquisa consiste na idade das mulheres. No gráfico 1, pode-se observar a distribuição das idades das entrevistadas.

Gráfico 3 – Idade das mulheres entrevistadas



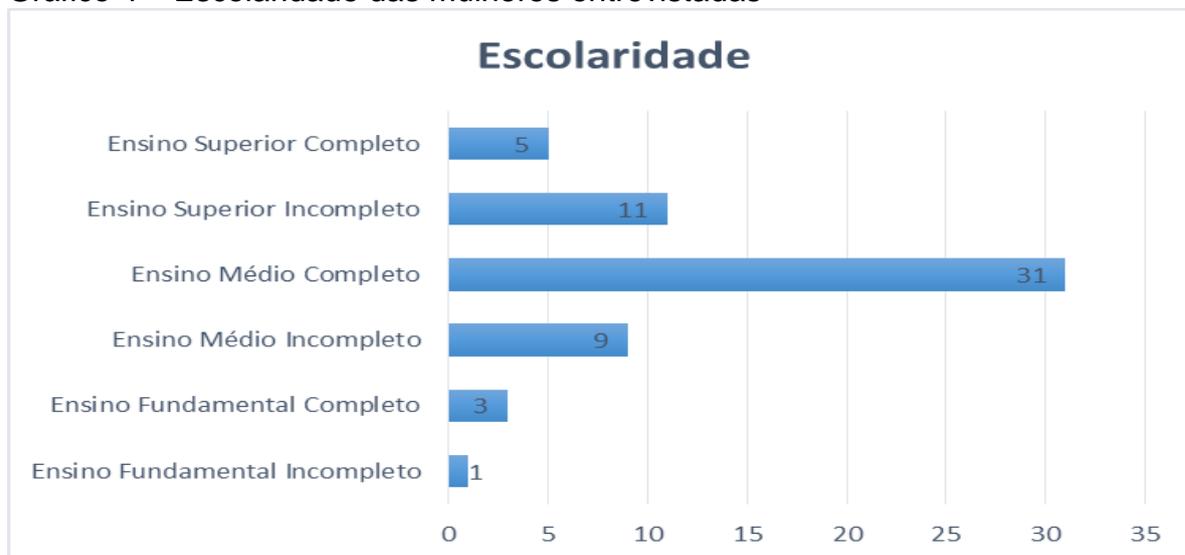
Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se verificar que o maior percentual de entrevistadas encontra-se na faixa etária de 26 a 35 anos, com 36% ou seja, com total de 21 mulheres. Das entrevistadas, 33% ou 19 entrevistadas estão na faixa de 15 a 25 anos, sendo essa faixa o começo da vida profissional.

Para se inscrever nos cursos do programa é necessário ter idade mínima de 16 anos, o que explica a variedade nas faixas etárias das entrevistadas. Apesar da faixa etária de 46 a 55 anos ser a que representa o menor número das entrevistadas, pode-se dizer que mesmo não estando na faixa considerada o começo da vida profissional ainda buscam qualificação.

Além da faixa etária ser um fator importante, sabe-se que a educação é um fator essencial para o fato da participação nos cursos.

Gráfico 4 – Escolaridade das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, a escolaridade é vista como o fato que eleva a produtividade de uma economia, além de gerar outros benefícios como aumento de salários. Daí surge a importância para o país como um todo e em particular para as mulheres que ainda enfrentam grande desigualdade na remuneração recebida em relação aos homens.

As estatísticas demonstram que no ensino médio houve aumento de frequência escolar feminina no ano de 2015, 9,8% em relação a masculina de acordo com estudos feitos pelo IBGE, confrontando dados dos censos demográficos de 2000 e 2010. A taxa feminina foi de 52,2%, para uma taxa masculina de 42,4% (IBGE, 2015).

O estudo também demonstra um contingente maior de mulheres entre universitárias de 18 a 24 anos no nível superior no ano de 2010. Elas representavam 57,1% do total de estudantes nessa faixa etária, o que demonstra que o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens.

Ao analisar os dados sobre a escolaridade das mulheres selecionadas para a entrevista pode-se perceber que a maioria possui ensino médio completo. 11 entrevistadas estão com Ensino Superior Incompleto, sendo que apenas 5 possuem Ensino Superior Completo.

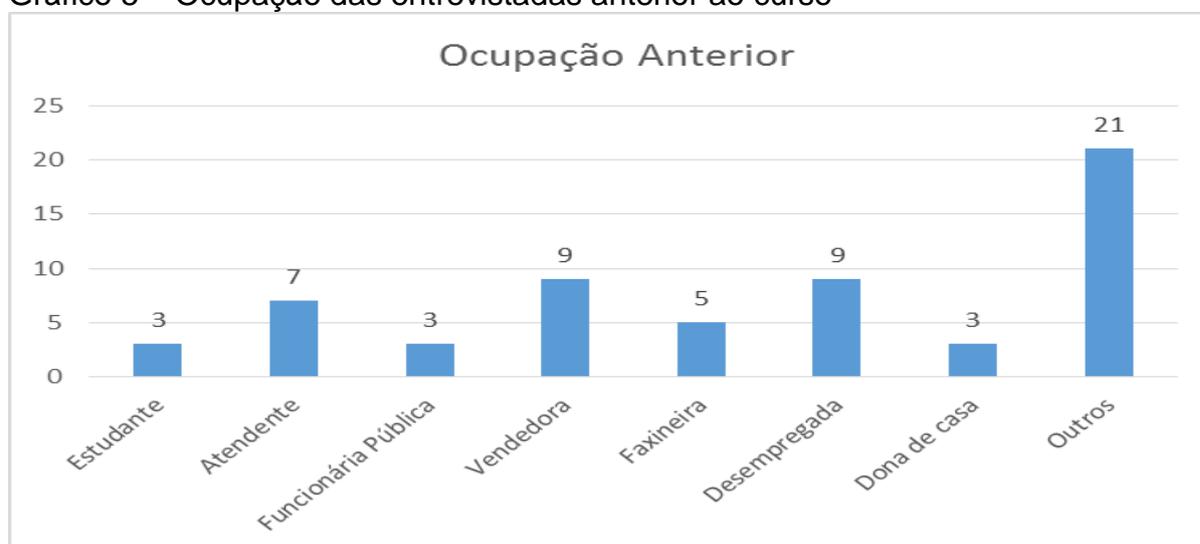
Conforme o Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, o primeiro perfil identificado trata-se de jovens escolarizados que poderiam se dedicar

integralmente aos estudos, pois haviam concluído o ensino médio e buscam os cursos para melhorarem seus currículos e assim conseguirem melhores colocações no mercado de trabalho. Trata-se de um público para o qual é clara a opção pela formação profissional como alternativa à entrada no mercado de trabalho.

Ainda nesse contexto, é possível notar que as mulheres em geral estão obtendo maior grau de instrução, pois apenas 1 das entrevistadas possui Ensino Fundamental Incompleto. Portanto, pode-se concluir que procuram nos cursos uma qualificação adicional após concluírem o Ensino Médio com intuito de melhorar sua colocação no mercado de trabalho.

Também foram analisadas as ocupações das entrevistadas antes de participarem do curso. Conforme o gráfico 5, as ocupações das entrevistadas antes de frequentar os cursos são variadas, porém se destaca o desemprego, sendo que 9 entrevistadas estavam sem nenhuma ocupação antes de frequentar o curso. Fato que contribuiu para a participação dessas mulheres nos cursos oferecidos pelo programa, com intuito de melhoria em seus currículos e posterior inserção no mercado de trabalho.

Gráfico 5 – Ocupação das entrevistadas anterior ao curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Se destacam também as ocupações de vendedoras e atendente o que pode ser explicado pela opções apresentadas no município, no qual para as mulheres apresentam-se poucas opções além do comércio. Outro fator que pode explicar esse dado é também a falta de qualificação.

Já o gráfico 6 demonstra a ocupação das entrevistadas após a realização dos cursos. Como pode-se notar, o desemprego aumentou, o que pode ser explicado devido ao momento econômico do país, o que pode ser embasado em dados publicados pelo IBGE. Segundo a PNAD, a população desocupada (8,8 milhões de pessoas) cresceu 7,9%, mais 647 mil pessoas em relação ao trimestre de março a maio subiu 29,6%, mais de 2,0 milhões de pessoas no confronto com igual trimestre de 2014.

Gráfico 6 – Ocupação das mulheres entrevistadas posterior a realização do curso



Fonte: Elaborado pela autora.

A população ocupada, 92,1 milhões de pessoas, ficou estável em ambas as comparações. O número de empregados com carteira assinada também recuou 1,2%, menos 425 mil pessoas, frente ao trimestre de março a maio e caiu 3,0%, menos 1,1 milhão de pessoas, frente a igual trimestre de 2014 (IBGE, 2015).

No trimestre de junho a agosto de 2015, havia cerca de 8,8 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, apresentando um acréscimo em comparação com o trimestre de março a maio de 2015 quando correspondia a 8,2 milhões. Confrontado com os dados no mesmo no trimestre do ano passado, esta estimativa subiu 29,6% o que significa um aumento de 2,0 milhões de pessoas desocupadas na força de trabalho (IBGE, 2015).

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado apresentou redução de 1,2% (menos 425 mil pessoas) em comparação com o trimestre de março a maio de 2015. Comparando com o mesmo trimestre no ano passado a redução foi mais acentuada, 3,0%, ou seja, cerca de 1,1 milhão de pessoas.

Outro fator analisado foi o nível de renda das entrevistadas antes da realização dos cursos. A tabela 1 demonstra o nível de renda anterior ao curso, onde 39%, ou seja, 30 entrevistadas, tem renda de até um salário mínimo, seguido de 22 entrevistadas que possuíam até dois salários mínimos.

Tabela 1 – Nível de Renda das mulheres Entrevistadas anterior a realização do curso

Nível de Renda	Número de Entrevistadas	Percentual
Até um salário Mínimo	30	39%
Até dois salários Mínimos	22	29%
De dois a quatro salários Mínimos	4	5%
Mais que quatro salários	0	0%
Sem Renda (Desempregada)	4	5%
Não responderam	17	22%
Total	77	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

O mercado de trabalho continua sendo um campo de desigualdades entre gêneros, apesar das melhorias que já ocorreram, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) 2014, do IBGE. Conforme o estudo, houve uma redução no nível de desocupação entre a população feminina, de 11,5% em 2004 para 8,3% em 2013 no Brasil. Apesar disso o índice entre as mulheres ainda é mais elevado do que entre os homens, que caiu de 6,6% para 4,6% no mesmo período.

Conforme demonstrado anteriormente, o nível de escolaridade das entrevistadas é, em sua maioria ensino médio completo, o que pode auxiliar para o entendimento da maioria possuir nível de renda de até um salário mínimo.

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística além de terem menor taxa de analfabetismo, de 9,1% contra 9,8% dos homens, as mulheres

chegam mais ao nível superior, com uma taxa de 15,1% de frequência na população de 18 a 24 anos, enquanto os homens somam 11,3%. Também, no ensino médio, as mulheres estão mais presentes na idade escolar certa, de 15 a 17anos, com 52,2% de frequência, contra 42,4% dos homens.

Outro indicador que aponta maior escolarização feminina é a taxa de abandono escolar precoce, que contabiliza os jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino médio nem estavam estudando. Esse percentual chegou a 31,9% entre as mulheres e 41,1% para os homens. Apesar desse cenário, o rendimento mensal médio das mulheres equivalia a 68% do masculino, em 2010, no país.

O PRONATEC tem como público alvo pessoas cadastradas no CADÚnico e na maioria das vezes, pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa Família. O programa consegue atingir o público alvo; porém, em partes, pois a maioria das mulheres que participaram dos cursos possuem renda de até um salário mínimo, mas também acabam atingindo pessoas com renda maior que não seriam o público alvo padrão. Fato que pode ser explicado pela baixa demanda de beneficiários do programa Bolsa Família, o que acaba fazendo com que as vagas sejam disponibilizadas para outras faixas de renda.

Também foi analisado o nível de renda posterior aos cursos, para que fosse possível verificar se houve ou não melhoria nos níveis de renda das entrevistadas após o curso.

Tabela 2 - Nível de Renda das mulheres entrevistadas posterior a realização do curso

Nível de Renda	Número de Entrevistadas	Percentual
Até um salário Mínimo	28	37%
Até dois salários Mínimos	19	25%
De dois a quatro salários Mínimos	5	6%
Mais que quatro salários	0	0%
Sem Renda (Desempregada)	8	10%
Não responderam	17	22%
Total	77	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 2 demonstra o nível de renda posterior aos cursos, na qual pode-se notar que o número de mulheres sem renda, ou seja, desempregadas aumentou após frequentarem os cursos. Seguindo ainda os dados já apresentados do IBGE, comprova-se que o aumento no desemprego devido ao momento econômico do país deve ser levado em consideração.

A maioria das entrevistadas não teve melhorias significativas em seu nível de renda, muitas continuam nas mesmas ocupações que possuíam antes do curso, continuando assim com o mesmo nível de renda, pois muitas participaram de cursos em áreas distintas de sua ocupação. Sendo assim, o curso não contribuiu para um aumento ou melhoria na renda. Algumas até diminuíram o nível pois estão sem ocupação, ou seja, desempregadas no momento, porém não atribuem aos cursos esse fator, e sim ao momento da economia do país.

Abaixo relaciona-se o nível de escolaridade das entrevistadas com a renda das entrevistadas. Nota-se que em todos os níveis de renda a maioria das entrevistadas possui Ensino Médio Completo. Mesmo no maior nível de renda apresentado, o maior nível de escolaridade é o Ensino Médio Completo.

Tabela 3 - Nível de Renda X Escolaridade do público entrevistado

Nível de Renda	Até um salário mínimo		Até dois salários mínimos		De dois a quatro salários mínimos		Sem renda (desempregadas)	
	Posterior ao curso	Anterior ao curso	Posterior ao curso	Anterior ao curso	Posterior ao curso	Anterior ao curso	Posterior ao curso	Anterior ao curso
Ensino Fundamental Incompleto	0	0	0	1	0	0	1	0
Ensino Fundamental Completo	2	3	0	0	0	0	1	0
Ensino Médio Incompleto	5	5	2	2	1	1	1	1
Ensino Médio Completo	17	17	10	11	3	2	2	1
Ensino Superior Incompleto	3	4	3	5	0	0	3	2
Ensino Superior Completo	1	1	4	3	1	1	0	0
Total	28	30	19	22	5	4	8	4

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que das 28 entrevistadas que possuem nível de renda de até um salário mínimo, 7% possuem Ensino Fundamental Completo, 17% possui Ensino

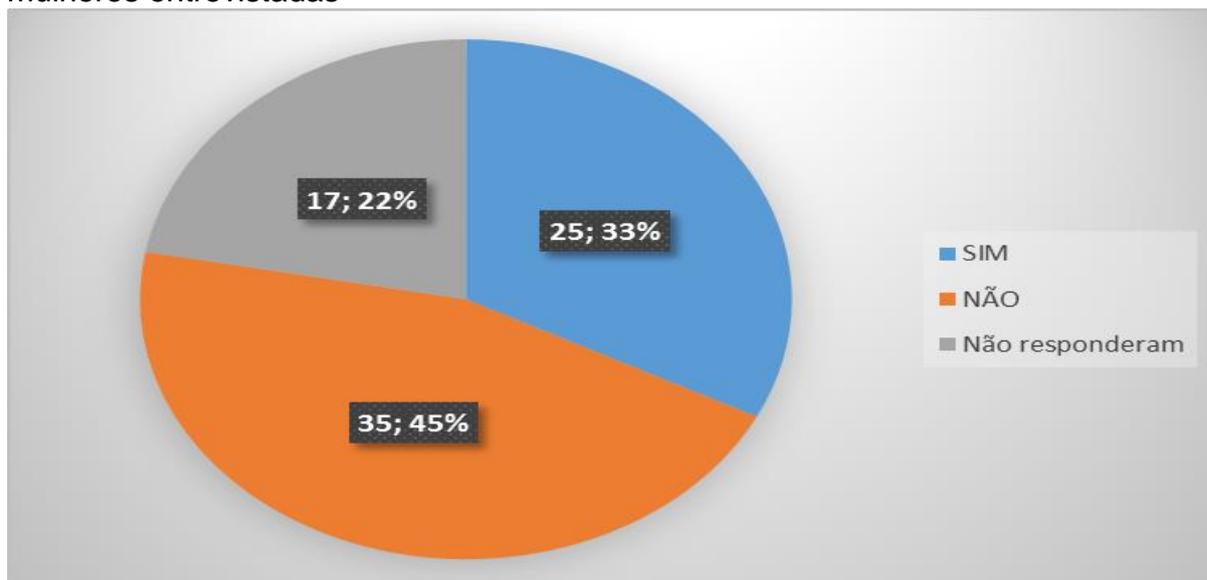
médio incompleto, 61% possui ensino médio completo, 11% possuem ensino superior incompleto e apenas 4% possuem ensino superior completo. Já no nível de até dois salários mínimos das 19 entrevistadas, 11% possuem ensino médio incompleto, 53% possuem ensino médio completo, 16% possuem ensino superior incompleto e 21% possuem ensino superior completo.

No nível de dois a quatro salários mínimos das 5 entrevistadas, 20% possuem ensino médio incompleto, 60% ensino médio completo e 20% ensino superior completo. Das 8 entrevistadas que no momento estão sem ocupação, ou seja, estão desempregadas, 12,5% possuem ensino fundamental incompleto, 12,5% ensino fundamental completo, 12,5% ensino médio incompleto, 25% ensino médio completo e 37,5% possuem ensino superior incompleto.

Diante desses dados, pode-se concluir que o nível de renda varia de acordo com a ocupação e não somente pela escolaridade. Fato que demonstra que realmente os cursos do programa são procurados como meio de melhoria para os currículos, tentando melhorar a colocação no mercado de trabalho.

As entrevistadas também foram questionadas se acreditam que os cursos influenciaram na sua inserção no mercado de trabalho. Segue abaixo as respostas obtidas:

Gráfico 7 - O curso influenciou ou não na inserção no mercado de trabalho das mulheres entrevistadas



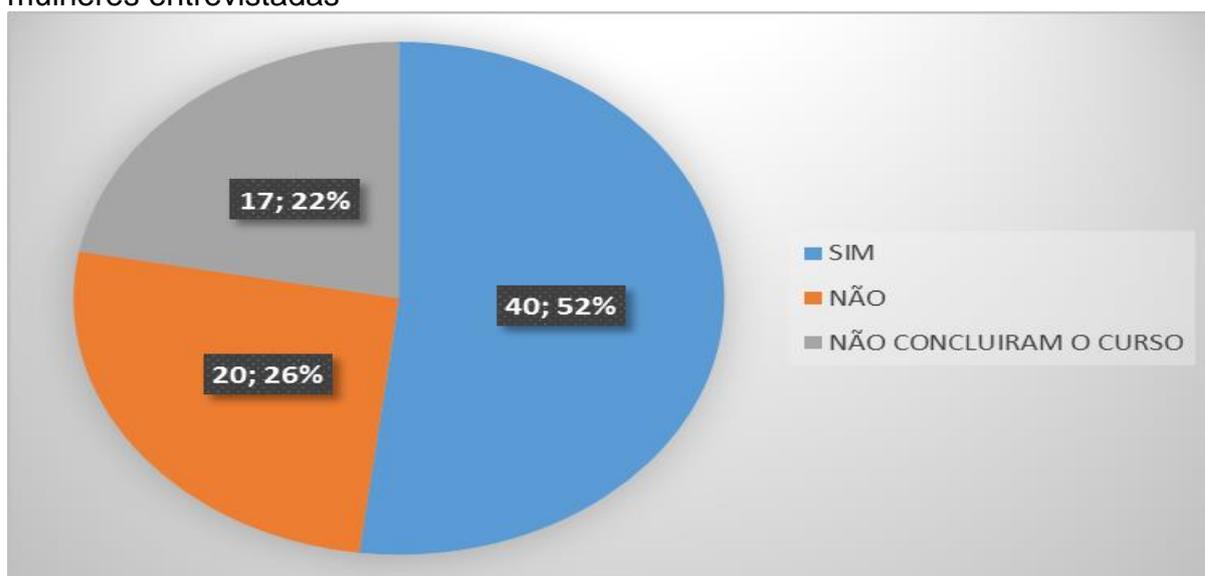
Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o gráfico 7, a maioria das entrevistadas, 35 mulheres, acredita que o curso realizado através do Pronatec não influenciou sua inserção no mercado de trabalho, número que pode ser explicado pelo momento econômico do país. Várias das entrevistadas relatam que acreditam que os cursos iriam ajudá-las, mas devido a crise não estão conseguindo se colocar no mercado de trabalho. Fato que pode ser argumentado em dados publicados pelo IBGE.

Segundo a PNAD 2015 a taxa de desocupação para o Brasil, no trimestre encerrado em agosto de 2015, foi estimada em 8,7%, o que superou a do trimestre encerrado em maio de 2015 que foi de 8,1%. Foi a maior taxa de desocupação da série que foi iniciada em 2012.

Além disso, as entrevistadas foram questionadas se atribuem aos cursos do programa a melhoria em sua colocação profissional, abaixo as respostas obtidas.

Gráfico 8 - Atribui-se ou não ao Pronatec a melhora na colocação profissional das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionadas se atribuem aos cursos a melhoria em sua colocação no mercado de trabalho, 40 mulheres, ou seja, 52% das entrevistadas, acreditam que os cursos são responsáveis por melhorias em sua colocação profissional. Mesmo que algumas estão sem nenhuma ocupação no momento, ainda acreditam que o curso ajudaria a melhorar a colocação no mercado de trabalho se o momento econômico estivesse em melhores condições. Apesar disso, 20 mulheres, ou seja

26%, não atribuem aos cursos a melhoria, o que pode ser explicado pelo fato de muitas das entrevistadas estarem sem ocupação no momento.

Muitas entrevistadas quando questionadas relatam que devido ao momento econômico os cursos não são suficientes para melhorar suas colocações. O que pode ser evidenciado novamente por dados publicados sobre aumento na taxa de desemprego atual do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar e analisar os efeitos dos cursos oferecidos pelo programa do Governo Federal, PRONATEC - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, verificando se os mesmos auxiliaram na inserção das mulheres horizontinenses no mercado de trabalho. Com base em dados históricos e atuais, através de pesquisa realizada com as mulheres que participaram dos cursos, os objetivos que foram descritos anteriormente foram desenvolvidos e atingidos.

As conquistas das mulheres por espaço no mercado de trabalho se intensificou no século XX, quando deixaram de ser somente do lar, exercendo apenas as rotinas domésticas, enquanto o mercado de trabalho era considerado extremamente masculino. Também, na mesma época surgiu a necessidade de as mulheres passarem a contribuir na renda familiar, por esse motivo iniciaram a se infiltrar no mercado de trabalho.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem passado por um processo contínuo e diversificado, impulsionado muitas vezes pela necessidade de participar da renda familiar ou até mesmo pela realização profissional. A força de trabalho feminina alterou as características do mercado de trabalho e, por consequência, também a composição familiar. Conforme último censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, observou-se uma significativa elevação do nível de instrução das mulheres no Brasil. Sendo assim muitas acabam optando pelos estudos e carreira e acabam deixando para constituir família mais tarde.

O ensino profissionalizante é um meio encontrado por muitas mulheres para conseguir uma qualificação técnica. O programa PRONATEC surge com a ideia de tornar o ensino técnico/profissionalizante acessível as classes mais baixas, trata-se de uma das principais medidas do governo de inclusão do Plano Brasil Sem Miséria, que é coordenado pelo MEC. Criado em 26 de outubro de 2011, prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas no CADunico, com idade a partir de 16 anos, tendo prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza.

Os cursos oferecidos são uma parceria entre Governo Federal, estados e municípios e as instituições que irão fornecer os cursos. Os cursos são de duas naturezas: educação profissional técnica, que ocorrem após a formação no ensino

médio, e os cursos de formação inicial e continuada, que possuem carga horária de pelo menos 160 horas e não são vinculados ao ensino médio.

A pesquisa realizada com 77 mulheres do município de Horizontina, as quais participaram dos cursos do programa PRONATEC foi importante. Com ela pode-se avaliar informações pertinentes como o fato de que as mulheres procuram os cursos do programa para melhorar currículos e buscar melhorias na colocação no mercado de trabalho e também no nível de renda.

Outro fato que chamou atenção nessa pesquisa é o de que a maioria das mulheres que participaram dos cursos possuem renda de até um salário mínimo, o que demonstra que no geral o programa conseguiu atingir o público considerado alvo para o mesmo. Referente a escolaridade o que chama atenção é que a maioria das entrevistadas possuem ensino médio completo, ou seja, após concluírem o mesmo procuram nos cursos uma qualificação técnica com intuito de melhorar a colocação profissional.

Notou-se também que o desemprego aumentou após as entrevistadas participarem dos cursos do programa, fato que pode ser explicado pelos dados publicados pelo IBGE referente a queda da atividade econômica. Segundo a PNAD, a taxa de desocupação para o Brasil, no trimestre encerrado em agosto de 2015, foi estimada em 8,7%, o que superou a do trimestre encerrado em maio de 2015 que foi de 8,1%. Foi a maior taxa de desocupação da série que foi iniciada em 2012. O que demonstra que o desemprego não pode ser relacionado a uma possível ineficiência dos cursos, e sim ao momento econômico do país.

Diante do que foi exposto, percebe-se que os cursos do programa não contribuíram na maioria das vezes na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em alguns casos, por participarem dos cursos em áreas distintas da ocupação atual, o que fez com que a renda continuasse a mesma e o curso não influenciasse em melhor colocação. Outras, pelo fato do momento econômico do país, onde está mais difícil se inserir no mercado de trabalho, mesmo com a qualificação técnica oferecida pelos cursos.

Como em toda pesquisa, surgiram imprevistos os quais demandaram tempo específico, os quais podem interferir em estudos futuros sobre esse assunto. Seguem alguns imprevistos: contatos incorretos nos dados repassados pela Secretaria de Desenvolvimento, algumas entrevistadas não estarem dispostas a

responder o questionário. Porém, percebe-se que o assunto ainda não se esgotou e que é necessário fazer novos estudos sobre a eficácia dos cursos oferecidos. Fica como sugestão para os próximos trabalhos nessa área o estudo dos motivos da grande evasão ocorrida nos cursos, ou até mesmo refazer o estudo num momento de economia mais propícia.

Por fim, percebe-se que este trabalho pode ser ferramenta para avaliação das qualificações oferecidas as mulheres horizontinenses, na tomada de decisões do poder público do município referente a projetos que possam auxiliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Sendo assim, a pesquisa pode ser utilizada por empresas com intuito de verificar a qualificação das mulheres horizontinenses. Espera-se que os resultados alcançados sirvam para que a inserção da mulher no mercado de trabalho receba mais incentivos do poder público, auxiliando as mulheres a se qualificarem cada dia mais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mais escolarizadas, mulheres recebem 68% da renda dos homens**. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-10/mais-escolarizadas-mulheres-recebem-68%25-da-renda-dos-homens_ Acesso em: nov.2015.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Estatística de Gênero 1 – Escolaridade das mulheres aumenta em relação à dos homens**. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/trabalho_/estatisticas-de-genero-1-escolaridade-das-mulheres-aumenta-em-relacao-dos-homens/. Acesso em: out.2015

ALVES, José E. D.; CAVENAGHI, Suzana M. **Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>. Acesso em: abr.2015.

ASSIS, Rosiane H. **A inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**. Trabalho apresentado em Convibra – Congresso Virtual, 2009. Disponível em: http://www.convibra.org/2009/artigos/140_0.pdf. Acesso em: abr.2015

CAON, Edivania. **O Processo de expansão da participação feminina no mercado de trabalho Catarinense**. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292162>. Acesso em: abr. 2015.

DEEPASK. Confira os indicadores municipais e dados demográficos, sociais e econômicos do seu município - HORIZONTINA, RS. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=horizontina/RS-Confira-os-indicadores-municipais-e-dados-demograficos-sociais-e-economicos-do-seu-municipio>. Acesso em: maio 2015.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **A inserção da mulher no mercado de trabalho da RMPA – 2014 (apresentação)**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/publicacoes/ped-rmpa/informe-mulher-e-trabalho/edicao-atual/>. Acesso em: abr.2015.

FRANZOI, Naira L.; SILVA, Carla O. B.; COSTA, Rita de C. **PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/45658/28838>. Acesso em: maio, 2015.

GARBRECHT, Ottmar. **Horizontina Cinquentenária**. 1. ed. Horizontina: s/e; s/d.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014: Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <http://teen.ibge.gov.br/images/teen/mulher/diainternacional/index.htm>. Acesso em: abr.2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sala de Imprensa: PNAD Contínua: desocupação vai a 8,7% no trimestre encerrado em agosto. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3018>. Acesso em: set.2015.

_____. **IBGE Cidades 2013:** Horizontina. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=430960&search=rio-grande-do-sul%7Chorizontina%7Cinfograficos:-historico>. Acesso em: abr.2015

_____. **Censo 2010:** População residente, por sexo e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Acesso em: abr. 2015.

JAGNOW, Glademir; JURACK, Inês; STOFFEL, Janete. **Potencialidades do Município de Horizontina.** Trabalho apresentado na JOPEC, 2012. Disponível em: http://www.fahor.com.br/publicacoes/jopec/2012/POTENCIALIDADES_DO_MUNICIPIO_DE_HORIZONTINA.pdf. Acesso em: abr.2015.

LIMA, Marcos R. **Pronatec** – Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego: Uma crítica na perspectiva marxista. Trabalho apresentado no Seminário do Trabalho, 2012. Disponível em: <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2012/texto/qt1/pronatec.pdf>. Acesso em: abr.2015

MARAFIGO, Gisele. **Conquistas importantes das mulheres no Brasil ao longo da história.** 2013. Disponível em: https://www.faneesp.edu.br/portal_ext/extensao1363286863.pdf. Acesso em: abr. 2015.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PRONATEC – Brasil sem Miséria. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/cartilha_mao_de_obraEpronatec_P20148x21_2014,P20-,P20nova.pdf.pagespeed.ce.golKtbsDKX.pdf. Acesso em: maio, 2015.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de estudos: desenvolvimento social em debate. Número 24. INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA: O QUE FEZ O PRONATEC/BOLSA FORMAÇÃO ENTRE 2011 E 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20-%2024.pdf>. Acesso em: setembro, 2015

PRODANOV. Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: maio, 2015.

RBA – Rede Brasil Atual. **IBGE: cai diferença de renda entre homens e mulheres; escolaridade sobe.** Disponível em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/12/em-nove-anos-aumenta-a-escolaridade-e-o-acesso-ao-ensino-superior-3294.html>. Acesso em: out.2015

SANTOS, Raiane C.; SACRAMENTO, Maria P. **O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas.** Disponível em:

<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/7709/7110>. Acesso em: maio,2015.

SILVA, Joyce K. S. **Os desafios e as conquistas das mulheres.** Disponível em:

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAmgkAE/os-desafios-as-conquistas-das-mulheres>. Acesso em: abr.2015.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. **Mercado de trabalho e região: a articulação de duas problemáticas na perspectiva de um estudo de caso.** Tese FEE – Fundação de Economia e Estatística, n. 12, 2011. Disponível em:

http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_12.pdf. Acesso em: abr. 2015

VAZ, Caroline de F. M.; LAIMER, Terezinha L. **A Inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento da profissão secretaria.** Disponível em:

<http://www.upf.br/seer/index.php/ser/article/download/1783/1188> . Acesso em: abr. 2015

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO:**

1. Idade:

2. Escolaridade:
 - Ensino Fundamental Incompleto
 - Ensino Fundamental Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Superior Incompleto
 - Ensino Superior Completo

3. Ocupação atual:

4. Ocupação Anterior:

5. Nível de renda anterior ao curso:
 - Até um salário mínimo
 - Até dois salários mínimos
 - De dois a quatro salários mínimos
 - Mais que quatro salários.

6. Nível de renda posterior ao curso:
 - Até um salário mínimo
 - Até dois salários mínimos
 - De dois a quatro salários mínimos
 - Mais que quatro salários.

7. O curso realizado através do Pronatec influenciou na sua inserção no mercado de trabalho?
 - Sim
 - Não

8. Atribuiria ao Pronatec a melhora em sua colocação profissional.
 - Sim
 - Não